

JUSPREV

PREVIDÊNCIA ASSOCIATIVA
DO MINISTÉRIO PÚBLICO E
DA JUSTIÇA BRASILEIRA

JUSPREV ONLINE

INFORMATIVO NÚMERO 83

JULHO 2017





A 2ª reunião anual do Comitê de Investimentos foi realizada no Hotel Nomaa, em Curitiba.

Comitê de Investimentos promove novas reuniões

No dia 7 de julho foi realizada mais uma reunião do Comitê de Investimentos da JUSPREV. O encontro aconteceu no Hotel Nomaa, em Curitiba, e estiveram presentes Fábio Bertoli Esmanhotto (Presidente do Comitê) e os membros Felipe Locke Cavalcanti, Francisco Borges Ferreira Neto, Gervásio Protásio dos Santos Junior, Miguel Arcanjo Simas Nôvo e Willian Lira de Souza. Também participaram Jair Eduardo Santana (Diretor Administrativo-Financeiro e AETQ da JUSPREV), Deborah Maggio (Gerente Geral), Allan Nogueira (Coordenador Econômico) e Guilherme Benites (Diretor da Aditus – Consultoria de Investimentos).

Juntos eles deliberaram sobre o processo de seleção da nova Asset. Foram selecionadas previamente 30 gestoras de ativos pela consultoria Aditus. O Comitê de Investimentos e o AETQ deliberaram pela seleção de quatro (4), as quais foram levadas à reunião dos Órgãos Colegiados, realizada no dia 28 de julho.



Já no dia 28, Comitê e Diretoria Executiva se reuniram na sede da APEP para finalizar o processo de seleção da nova Asset.

A escolha

No dia 28, às 9 horas da manhã, o Comitê de Investimentos e Diretoria Executiva se reuniram na sede da Associação dos Procuradores do Estado do Paraná (APEP) e deliberaram pela indicação da gestora Icatu Vanguarda.

A Asset indicada foi submetida às 14 horas do mesmo dia à aprovação do Conselho Deliberativo e do Colégio de Instituidoras – durante a reunião dos Órgãos Colegiados – que determinaram a escolha da mesma para gestão de cerca de 50 milhões de reais de patrimônio dos nossos participantes.

Participaram da reunião do Comitê de Investimentos todos os membros presentes no encontro de 7 de julho, além de Antonia Lélia Neves Sanches (Diretora-Presidente da JUSPREV), Marco Aurélio Monteiro Tuoto e Maurício Trevisan (ambos do Comitê de Investimentos), Luciano Silva (consultor da Aditus) e Fábio Costa Gonzaga (membro do Conselho Fiscal da JUSPREV).



A 2ª Reunião Anual dos Órgãos Colegiados reuniu Diretoria Executiva, Conselhos Fiscal e Deliberativo, Comitê de Investimentos, além de presidentes e representantes das instituidoras.



Na pauta, diversos assuntos de relevância para a entidade, como a aprovação da indicação da nova Asset.

2ª Reunião dos Órgãos Colegiados em Curitiba

A segunda reunião anual dos Órgãos Colegiados da JUSPREV foi realizada no dia 28 de julho, na sede da Associação dos Procuradores do Estado do Paraná (APEP). Na pauta, diversos assuntos de relevância para a entidade, como a escolha da nova Asset.

A Asset indicada pelo Comitê de Investimentos, durante reunião realizada pela manhã, foi submetida à aprovação do Conselho Deliberativo e do Colégio de Instituidoras às 14 horas. Por determinação dos mesmos, a Icatu Vanguarda foi a Asset escolhida para gestão de cerca de 50 milhões de reais de patrimônio dos participantes.

Estiveram presentes na reunião Antonia Lélia Neves Sanches (Diretora-Presidente), Jair Eduardo Santana (Diretor Administrativo-Financeiro e AETQ da entidade), Márcio Humberto Gheller (Diretor Jurídico e de Benefícios), Alcino Oliveira de Moraes, Antônio Pimenta Gonçalves, Flodesmidt Riani, Vera Grace Paranaguá Cunha e Virgílio Panagiotis Stavridis (membros do Conselho Deliberativo). Também participaram Fabio Bertoli Esmanhotto (Presidente do Comitê de Investimentos), Felipe Locke Cavalcanti, Francisco Borges Ferreira Neto, Gervásio dos Santos Júnior, Maurício Trevisan, Miguel Arcanjo Simas Nôvo e Willian Lira de Souza (membros do Comitê de Investimentos). A reunião também contou com a presença de Luciano da Silva (Consultor da Aditus) e de Fábio Costa Gonzaga (Membro do Conselho Fiscal).

O Colégio de Instituidoras também se fez presente. Participaram da reunião os Presidentes Luciano César Casaroti (Associação Tocantinense do Ministério Público), Julianne Freire Marques (Associação dos Magistrados do Estado de Tocantins) e Marcelino Rodrigues (Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais). Além dos Presidentes presentes, as Instituidoras AMPAP, AMPERJ, AMPRS, AMB, AMATRA XV, AMATRA 2, AMERON, AMMA, AMAGIS, APESP, APEP, AMMP, AMPCON, ANMPM, ANFIP, ANPR, ANAPE, AAPE, APMPPR, APAMAGIS e APMPSP marcaram presença através dos procuradores nomeados por seus presidentes, os quais, munidos de procuração, puderam opinar e deliberar sobre os assuntos pautados.

Previdência fechada não entra na partilha de união estável

Autor: **Sincor/RS**

Publicado originalmente em **Segs** (<http://www.segs.com.br/>)

(Segs – 05/07/17)

Previdência privada não entra na partilha de bens em caso de fim de uma união estável. Isso porque esse benefício está incluído no rol das exceções do artigo 1.659, VII, do Código Civil de 2002 e, portanto, é excluído da partilha em virtude da dissolução de união estável, que observa, em regra, o regime da comunhão parcial dos bens. A decisão é da 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, tomada em julgamento de recurso especial interposto contra acórdão que negou a ex-companheira a partilha de montante investido em previdência privada fechada pelo ex-companheiro.

De acordo com as alegações da recorrente, a previdência privada é um contrato optativo e de investimento futuro, sendo uma das formas de acumulação de patrimônio. Por isso, segundo ela, não haveria impedimento de resgate do dinheiro a qualquer momento pelo contratante, até mesmo em razão da natureza de ativo financeiro.

Rendas excluídas

O relator, ministro Villas Bôas Cueva, não acolheu os argumentos. Para ele, a verba destinada à previdência privada fechada faz parte do rol de rendas excluídas da comunhão de bens previsto no artigo 1.659, VII, do CC/02.

De acordo com o dispositivo, excluem-se da comunhão as pensões,

meios-soldos, montepios e outras rendas semelhantes. Para o ministro, a previdência privada fechada se enquadra no conceito de renda semelhante por se tratar de uma espécie de pecúlio, bem personalíssimo.

Ele afirmou ainda que o benefício não poderia ter sido desfrutado durante a relação — considerando que o requerido nem sequer estava aposentado durante a relação.

Equilíbrio financeiro

O ministro destacou também a importância do equilíbrio financeiro e atuarial do plano de previdência, pois admitir a possibilidade de resgate antecipado de renda capitalizada, em desfavor de uma massa de participantes e beneficiários de um fundo, significaria lesionar terceiros de boa-fé que assinaram previamente o contrato sem tal previsão.

Villas Bôas Cueva ressaltou ainda que, caso o regime de casamento fosse acrescentado ao cálculo, haveria um desequilíbrio do sistema como um todo. “[Criaria] A exigência de que os regulamentos e estatutos das entidades previdenciárias passassem a considerar o regime de bens de união estável ou casamento dos participantes no cálculo atuarial, o que não faz o menor sentido por não se estar tratando de uma verba tipicamente trabalhista, mas, sim, de pensão, cuja natureza é distinta.”

EDUCAÇÃO FINANCEIRA COM A PROFESSORA MYRIAN LUND

Ter qualidade de vida, realizar os sonhos e atingir os objetivos de vida pressupõe uma organização Financeira.

O dinheiro é limitado e as opções de consumo são ilimitadas. Para entender melhor a relação com o dinheiro vamos falar de TEMPO (dias, meses, anos). O tempo também é limitado para a quantidade de coisas que gostaríamos de fazer.

Vamos usar, como exemplo, as férias. Quem trabalha tem até um mês, por ano, livre, para fazer o que deseja. Imagine que você vai tirar férias e quer ir para o Alasca/Canadá e, também, para a Europa. Para conseguir aproveitar bem o período de férias terá que se planejar e escolher para onde vai este ano e se programar para o ano seguinte.

Com o dinheiro, precisamos ter o mesmo raciocínio: programar e priorizar o que vamos fazer.

É sobre essa programação financeira que vamos abordar hoje. É curioso o receio que percebo, nas pessoas, em analisar as suas finanças, a fuga da realidade. O objetivo não é restringir o consumo, mas, sim, ampliar a qualidade de vida por meio de uma seleção do que é importante e prioritário para atingir os seus sonhos. Não há juízo de valor!

É muito importante:

A) Analisar conta a conta da planilha e avaliar se o dinheiro está sendo dirigido efetivamente para os seus sonhos e objetivos de vida?

B) Saber que a perda de qualidade de vida com os gastos financeiros está nas pequenas despesas somadas e, não, nas grandes contas. Isso ocorre porque fazemos vários gastos de pequena monta e não costumamos somá-los para tomarmos consciência do total e, com isso, acabamos surpreendidos: com o saldo do cartão de crédito a pagar, com o fato de o dinheiro "ter sumido" da carteira depois que trocou a nota de R\$ 100,00 por notas de pequenos valores, com o fato de o dinheiro do mês ter acabado antes do tempo, entre outras situações.

C) Focar no que é importante para você e aprender a dizer NÃO para os outros. Se chamarem você de pão duro, faça "cara de paisagem". Afinal o dinheiro é seu e você vai gastá-lo como quiser e no que quiser, mas nunca no que os outros acham que você deve gastar.

D) Envolver a família, pedindo sugestões do que pode ser feito. Ouvir, em vez de falar o que cada um deve fazer. Se as sugestões vêm dos filhos e do cônjuge, o comprometimento é muito maior. Vamos tentar fazer uma reunião familiar, onde você expõe a situação e diz: "o que vocês acham que devemos fazer?". Exemplo: "Nossa conta de luz está em R\$ 800,00, quando o razoável seria R\$ 400,00 e poderíamos juntar essa diferença para fazermos uma viagem".



Fabio Roger e Deborah Maggio em entrevista com Fabio Pires Namekata, Diretor Presidente da ADPEP.

JUSPREV visita ADPEP

Na busca de fortalecer a entidade e se fazer ainda mais presente no cenário previdenciário complementar nacional, Deborah Maggio (Gerente Geral da JUSPREV) visitou a Associação dos Defensores Públicos do Estado do Pará (ADPEP), acompanhada do nosso consultor exclusivo para a região Norte, Fabio Roger de Souza.

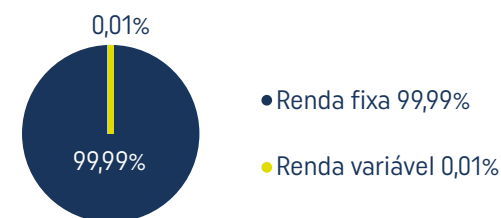
Eles conversaram com Fábio Pires Namekata, Diretor Presidente da ADPEP, apresentaram o PLANJUS – plano de benefícios da JUSPREV – e destacaram as vantagens de ser instituidora de um dos maiores planos de previdência complementar instituído no Brasil.

Clique aqui (<https://www.youtube.com/watch?v=cqiY8S8bG6U>) e assista na íntegra a entrevista com a Gerente Geral da JUSPREV Deborah Maggio e com o consultor previdenciário Fabio Roger de Souza durante visita à Associação dos Defensores Públicos do Estado do Pará (ADPEP).

ACOMPANHE A RENTABILIDADE DO PLANJUS

Fundos de Investimento	Patrimônio	Rentabilidade	
		Junho/17	Ano(2017)
Bradesco FICFI Multi JUSPREV	R\$ 55.621.216,03	0,91	5,85
SulAmérica JUSPREV Ativo FI Mult	R\$ 56.469.410,73	0,86	5,63
SulAmérica (NTNB's)	R\$ 48.917.640,95	0,53	4,85
Total JUSPREV	R\$ 161.008.267,71	0,78	5,46

	Acumulado 2017
% CDI – JUSPREV Consolidado	96,30
% Poupança – JUSPREV Consolidado	141,82



1.000 Likes

Neste mês de junho, alcançamos a marca de 1.000 curtidas em nossa página institucional no Facebook.

A você, 1.000 vezes obrigado!!!



JUSPREV